



DECRETO nº 1030, de 03 de novembro de 2008

Regulamenta o procedimento para poda, supressão e transplante de espécimes arbóreos e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM** no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 92, inciso VII da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal e a Lei Estadual 14.309/02, que dispõe sobre a política florestal e de proteção à biodiversidade no Estado;

CONSIDERANDO a competência administrativa comum do Município de preservar florestas, a fauna e a flora, definida no art. 7º, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo deverá, em consonância com órgãos estaduais e federais, exigir a reposição de espécimes arbóreos suprimidos e recuperação de área lesada, nos casos de supressão irregular, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis, segundo as alíneas “f” e “g”, do inciso I, do art. 8º, da Lei Municipal nº3.789, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente no Município de Contagem;

CONSIDERANDO que depende de prévia autorização do órgão municipal competente a poda, transplante e supressão de espécimes arbóreos existentes no território municipal, conforme o art. 29, I, da Lei Municipal nº3.789, de 23 de dezembro de 2003;

CONSIDERANDO que é competência do COMAC anuir previamente os pedidos de licenciamento ambiental ou de concessão de autorização, nos termos do art. 28, da Lei nº. 3.789 de 23 de dezembro de 2003;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do procedimento para poda, supressão e transplante, bem como as medidas compensatórias a serem adotadas, visando ao equilíbrio ecológico, conforme o §1º, do art. 29, da Lei Municipal nº. 3.789, de 23 de dezembro de 2003; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº. 4.135, de 28 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a criação da Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem – ConParq,

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Para fins deste Decreto, a vegetação de porte arbóreo existente no território do Município de Contagem, tanto de domínio público como privado, é considerada bem de interesse comum de todos.

Parágrafo único. Consideram-se, para fins deste Decreto, as seguintes definições:

I - área de preservação permanente – aquela protegida por lei, revestida ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar da população humana;

II - árvore imune de corte – espécie vegetal protegida por norma própria, presente em listas de espécies ameaçadas, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de porta-semente;

III - árvore-símbolo – uma determinada espécie, que pela importância ou pela frequência de ocorrência na região tenha sido declarada oficialmente como tal pela União, Estado ou pelo Município de Contagem;

- IV - autorização de manejo de arborização – autorização emitida pelo órgão municipal competente que permite a pessoa física ou jurídica realizar poda, transplante ou supressão de espécime arbóreo em território do município;
- V - fuste – designação dada ao tronco da árvore, em toda a sua altura ou comprimento;
- VI - injúria mecânica – dano causado à planta por meio mecânico;
- VII - insumo – materiais fornecidos necessários às atividades de produção e manutenção da vegetação, como adubo, terra, esterco, equipamentos e outros;
- VIII - manejo – gerenciamento de áreas de interesse ambiental;
- IX - medida compensatória – forma de indenização pela redução da arborização;
- X - poda – ato de desbastar ou diminuir a massa verde da copa de árvore ou arbusto e remoção de qualquer parte de uma planta, visando beneficiar as remanescentes, com finalidades estética, paisagística, fitossanitária, funcional;
- XI - espécime vegetal de porte arbóreo – espécime representante do reino vegetal que possua sistema radicular, tronco, estirpe ou caule lenhoso e sistema foliar, independente do diâmetro, altura e idade;
- XII - problema fitossanitário – incidência de agentes biológicos e/ou fisiológicos que possam interferir no desenvolvimento normal da planta;
- XIII - ramificação baixa – disposição dos ramos em nível baixo que prejudicam o desenvolvimento da planta;
- XIV - reparo – restituição do que foi perdido irregularmente;
- XV - sistema radicular – conjunto de raízes;
- XVI - supressão – eliminação de um espécime vegetal;
- XVII - torrão – volume de terra que assegure a sobrevivência do espécime transplantado;
- XVIII - transplante – o ato de mudar um vegetal com torrão nas suas raízes do local onde está plantado para outro, sem afetar seu desenvolvimento.
- XIX – laudo prévio – documento técnico emitido pela Conparq em que é analisada a pertinência ou não da concessão da autorização para supressão e/ou transplante de espécime arbóreo.

CAPÍTULO II DA AUTORIZAÇÃO

Art. 2º A realização de atividade de poda, transplante e supressão de espécimes arbóreos em área pública ou privada, por pessoa física ou jurídica, fica condicionada à concessão de autorização de que trata este Decreto, atendidas as determinações legais.

Parágrafo único. A autorização que trata este artigo será exigida independentemente:

- I - da natureza da atividade de manejo, seja poda, transplante ou supressão;
- II - do porte da árvore e da sua espécie;
- III - da localização da árvore, seja em área pública ou privada, urbana, de expansão urbana ou rural;
- IV - do objetivo da atividade de manejo, seja devido a problema fitossanitário, segurança, estética, prevenção de acidente ou proteção de bem ou de patrimônio, construção de infra-estrutura ou de edificação, implantação de loteamento, alteração do uso da área, movimentação de terra, reflorestamento ou outro.

Art. 3º A Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem – ConParq é competente para concessão da autorização de que trata o art. 2º deste Decreto, a quem compete ainda:

- I - analisar e responder ao requerimento de autorização e proferir a decisão respectiva;
- II - vistoriar a área em que se encontram os espécimes objeto do requerimento de autorização;
- III - articular-se com outros órgãos e entidades da administração pública, visando à compatibilização dos sistemas de licenciamento ambiental, urbano e de trânsito e transporte;
- IV - realizar o manejo da vegetação em área pública municipal e logradouro público;
- III - expedir regulamentação complementar necessária à autorização de que trata este Decreto.

CAPÍTULO III DAS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Art. 4º A Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem – ConParq exigirá medida compensatória pela autorização de supressão e transplante de vegetação, nos termos da Lei nº. 3.789, de 23 de dezembro de 2003, ressalvados os casos do art. 15 deste Decreto.

Parágrafo único. São consideradas formas de medida compensatória:

- I - doação e/ou plantio de mudas;
- II - execução de arborização pública;
- III - recuperação de parques e áreas verdes municipais ou áreas públicas degradadas;
- IV - execução de tarefas ou serviços em praças, parques e unidades de conservação municipais;
- V - custeio de programas ou projetos relativos a arborização, praças, parques e unidades de conservação municipais;
- VI - doação de insumos e produtos necessários a manutenção, manejo ou gestão da vegetação localizada em espaços públicos;
- VII - doação de equipamentos para uso em projetos ou atividades de recuperação ambiental em áreas públicas;
- VII - participação em cursos ou palestras de cunho ambiental e educativo.

CAPÍTULO IV DO REQUERIMENTO

Art. 5º Para solicitação de serviços de poda, transplante ou supressão de espécimes arbóreos o interessado deverá preencher requerimento, dirigido à ConParq, dispensando-se qualquer outro documento, a menos que seja do interesse do requerente, como justificativa da solicitação ou exigência da Conparq.

Parágrafo único. A solicitação dos serviços de poda, previstos neste artigo, poderá ser aceita por meio de ligação telefônica.

Art. 6º Recebido o requerimento para serviços de poda, transplante ou supressão de espécimes arbóreos, a ConParq fará avaliação e vistoria no local para verificação das espécimes indicadas pelo requerente e verificará:

- I - se a espécime está localizada em área de preservação permanente;

II - se a espécime é árvore-símbolo da cidade ou declarada de interesse comum e imune de corte, ou ainda se se trata de espécime especial por motivo de sua localização, raridade ou antiguidade, de seu interesse histórico, científico e paisagístico, ou de sua condição de porta-semente;

II - a real necessidade de supressão;

III - a necessidade de poda ou transplante, conforme o caso;

IV - a necessidade de manutenção e, neste caso, indicará as medidas a serem tomadas pelo requerente.

§1º Caso seja constatada a real necessidade de supressão, serão definidas as respectivas medidas compensatórias.

§2º Caso já tenha ocorrido a supressão, será exigida do requerente a reposição.

Art. 7º Após vistoria e análise do requerimento, a ConParq emitirá:

I – parecer técnico conclusivo nos casos de requerimento de poda ou naqueles previstos pelos incisos do art. 15 deste Decreto;

II – laudo prévio nos demais casos de transplante e supressão de espécimes arbóreos.

Art. 8º No caso de requerimento para poda, havendo parecer técnico conclusivo favorável, a autorização será emitida após a apresentação da cópia do comprovante de endereço, mediante nota fiscal de concessionária de energia elétrica (CEMIG) ou de serviços de água e esgoto (COPASA).

Art. 9º No caso de requerimento de supressão e/ou transplante, após vistoria ao local, a ConParq exigirá, sempre que necessário, a apresentação dos seguintes documentos complementares:

I - cópia do registro do imóvel emitido pelo Cartório de Registro de Imóveis ou da Guia de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do ano em curso;

II - procuração do proprietário do imóvel, quando o requerente não for o proprietário;

III - Plano Simplificado de Utilização Pretendida ou Inventário Florestal elaborados por profissional habilitado, a critério do órgão competente;

IV – cópia do Alvará de Localização e Funcionamento, no caso de uso definido da área;

V - qualquer documento do interesse do requerente, como justificativa da solicitação;

VI – qualquer outro documento que a ConParq entender necessário.

Art. 10 Em se tratando de requerimento para supressão e/ou transplante em lote com edificação e uso definido, a autorização será concedida mediante a apresentação dos documentos exigidos pela ConParq.

Art. 11 Em se tratando de requerimento para supressão e/ou transplante em lote sem edificação ou uso definido e bem caracterizado na área, após apresentação dos documentos exigidos pela ConParq, será emitido Laudo Prévio.

Parágrafo único. A ConParq informará ao requerente da necessidade de aprovação de Projeto de Parcelamento ou de Edificação, por meio do preenchimento do Requerimento de Informações Básicas sobre o Imóvel (RIBI), ou de solicitação de Autorização para Terraplenagem junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Art. 12 Nos casos previstos no art. 11 deste Decreto, a autorização será concedida com a apresentação do Laudo Prévio favorável acompanhado da cópia do Alvará de Construção ou do Decreto de Aprovação do Parcelamento do Solo ou da Autorização de Terraplenagem, devidamente acompanhados da comprovação de cumprimento das medidas compensatórias.

Art. 13 O requerimento de supressão, poda ou transplante em área pública solicitada por órgãos públicos da administração, desde que envolvam questões de interesse público e social, poderão ter prioridade na análise.

CAPÍTULO V

DA DEFINIÇÃO DAS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Art. 14 A ConParq, juntamente com a relação de documentos descrita no art. 9º deste Decreto, poderá definir sobre as medidas compensatórias cabíveis, previstas no art. 4º deste Decreto, cujo atendimento torna-se condição para emissão da autorização.

§1º Em caso especial, devidamente justificado, poderá a ConParq emitir a autorização previamente ao cumprimento das medidas compensatórias, mediante a assinatura de Temo de Compromisso.

§2º Quando a medida compensatória indicada for doação de mudas, a quantidade e espécies a serem doadas serão definidas segundo os critérios da Tabela de Reposição do Anexo I deste Decreto, estabelecendo-se o local para entrega e/ou plantio das mudas, dando-se preferência à região em que ocorreu a supressão.

§3º Para a solicitação das medidas compensatórias dispostas no art. 4º deste Decreto, será levado em conta o valor monetário equivalente ao da reposição de mudas descrita na tabela do Anexo I deste Decreto.

§4º As mudas destinadas à reposição, para serem aceitas, deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- I - espécie(s) a ser(em) definida(s) pelo órgão competente;
- II - altura mínima do fuste = 1,5m (um metro e cinquenta centímetros);
- III - altura mínima do fuste = 2m (dois metros);
- IV - não apresentar ataque por pragas e doenças;
- V - sistema radicular bem acondicionado em vasilhames adequados;
- VI - ramificações da copa de forma equilibrada;
- VII - diâmetro do caule proporcional a altura total da muda e de acordo com as características da espécie a que pertence;
- VIII - boa formação, sem troncos recurvados, com fuste único ou intensas ramificações baixas;
- IX - sem injúrias mecânicas.

Art. 15 Nos casos de supressão de espécimes arbóreos, as medidas compensatórias de que trata este Decreto poderão ser dispensadas mediante parecer técnico que ateste ao menos uma das seguintes situações:

- I - risco previsível de queda natural ou de dano material a bem ou patrimônio público ou privado;
- II - problema fitossanitário grave que possa vir a comprometer totalmente o espécime para os quais seja indicada tecnicamente a supressão;
- III - localizadas em área pública, quando necessário o manejo da arborização urbana;

IV - por motivos de força maior, ou caso fortuito, assim considerados pelo Corpo de Bombeiros e Defesa Civil do Município de Contagem.

§1º Para os casos descritos nos incisos deste artigo não será dispensada a autorização a que se refere este Decreto.

§2º Os requerimentos em que se identifiquem as situações previstas nos incisos I e IV terão prioridade de atendimento em relação aos demais.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 16 O Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAC deverá anuir previamente os requerimentos de autorização de supressão e/ou transplante de espécimes arbóreos, bem como definir as medidas compensatórias correspondentes, quando se tratar de supressão superior a trezentas 300 (trezentas) árvores.

§1º A ConParq poderá encaminhar à apreciação do COMAC os requerimentos de autorização de supressão e/ou transplante de espécimes arbóreos quando, a seu critério, entender que a autorização seja de relevante interesse ambiental, ainda que a quantidade a ser suprimida não atinja o valor mencionado no *caput* deste artigo.

§2º Caso o COMAC não anua o requerimento de autorização de supressão e/ou transplante de espécimes arbóreos, a autorização não poderá ser concedida pela ConParq.

§3º A decisão do COMAC deverá ser subsidiada por parecer técnico conclusivo.

CAPÍTULO VII CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CULTURAL DE CONTAGEM

Art. 17 O Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem – COMPAC deverá anuir previamente os requerimentos de autorização de supressão e/ou transplante de espécimes arbóreos, quando se tratar de árvore-símbolo da cidade ou que por motivo de sua localização, raridade ou antiguidade, de seu interesse histórico, científico e paisagístico, ou de sua condição de porta-semente.

§1º Caso o COMPAC não anua o requerimento de autorização de supressão e/ou transplante de espécimes arbóreos a que se refere o caput deste artigo, a autorização não poderá ser concedida pela ConParq.

§2º A decisão do COMPAC deverá ser subsidiada por parecer técnico.

CAPÍTULO VIII DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 18 A supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizado e motivado em procedimento administrativo próprio, quando não existir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, nos termos do art. 13, da Lei Estadual nº. 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre a política florestal e de proteção à biodiversidade no Estado, bem como da Lei Federal nº. 4771/65 (Código Florestal).

§1º A supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana, dependerá de autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA, mediante anuência prévia do órgão estadual competente, fundamentada em parecer técnico.

§2º O responsável pela supressão de espécimes arbóreos em área de preservação permanente sem a devida autorização do órgão municipal competente e anuência do órgão estadual, deverá recuperar a área degradada, bem como prestar a reposição em dobro dos valores da Tabela de Reposição constante do Anexo I deste Decreto, sem prejuízo da penalidade de multa, nos termos da legislação municipal, estadual e federal vigentes.

CAPÍTULO IX DAS INFRAÇÕES

Art. 19 Caso a atividade de poda, supressão ou transplante de espécimes arbóreos, prevista no art. 2º, seja realizada sem a devida autorização, o infrator estará sujeito à obrigação de proceder à reposição ambiental da espécie suprimida equivalente ao dobro dos valores da Tabela de Reposição constante do Anexo I deste Decreto, sem prejuízo da multa e da responsabilização penal pertinente, se cabível, nos termos da legislação vigente.

§1º Caso a atividade de poda, supressão ou transplante de espécimes arbóreos a que se refere o caput deste artigo ocorra no período de queda das sementes ou de formação das vegetações prejudicadas, ou comprovadamente durante a noite ou em domingos ou em dias de feriado, os valores da Tabela de Reposição constante do Anexo I deste Decreto deverão ser aplicados em triplo, sem prejuízo da multa.

§2º A reposição ambiental mencionada neste artigo poderá, a critério da ConParq, ser substituída por medida compensatória, nos termos do art. 4º deste Decreto.

Art. 20 Constatada a infração, a ConParq, com apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, adotará os procedimentos de fiscalização e atribuição de penalidades, conforme o Decreto nº 11.292/04 que regulamenta a Lei nº. 3.789, de 23 de dezembro de 2003 e demais sanções previstas na legislação estadual e federal.

Art. 21 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 Revoga-se o de Decreto nº 9.889, de 31 de março de 1998.

Palácio do Registro, em Contagem, 03 de novembro de 2008.

MARÍLIA APARECIDA CAMPOS
Prefeita de Contagem

DECRETO nº. 1030, de 03 de novembro de 2008.

ANEXO I

Tabela de Reposição de Espécimes Arbóreos Suprimidos

Espécimes arbóreos suprimidos (vegetais isolados)	Altura (em metro)	Número de mudas por árvore suprimida
Árvore	Até 03m (três metros)	02 (dois)
Árvore	Acima de 03 (três metros)	10 (dez)
Eucalipto e pinus		05 (cinco)
Árvore imune de corte		50 (cinquenta)
Árvore-símbolo da cidade ou por motivo de sua localização, raridade ou antiguidade, ou de seu interesse histórico, científico e paisagístico ou de sua condição de porta-semente.	Anuência do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio ambiental e Cultural de Contagem – COMPAC.	50 (cinquenta)